

SEGURANÇA ALIMENTAR E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA BOLSA VERDE NO ASSENTAMENTO CANUDOS EM GOIÁS

Monyele Camargo Graciano¹
Leandro de Lima Santos²
Klaus de Oliveira Abdala³

Resumo

Este trabalho teceu uma análise de política pública destinada ao desenvolvimento rural sustentável. O escopo da pesquisa foi avaliar a efetividade do programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos, em Goiás. A metodologia empregada baseou-se na abordagem qualitativa e quantitativa e foram realizadas entrevistas e aplicados formulários com questões utilizadas para a mensuração do Indicador Ambiental, dos níveis de segurança alimentar e de outras categorias de análise, como renda, trabalho e autoconsumo. A pesquisa está disposta em quatro tópicos, o primeiro refere-se a introdução do trabalho, onde encontra-se dispostas as ideias iniciais da pesquisa, o segundo consiste no contorno metodológico do trabalho, no terceiro encontra-se o aporte teórico da pesquisa, abarcando aspectos sobre políticas públicas, desenvolvimento rural e sustentável, Programa Bolsa Verde e segurança alimentar e o quarto tópico versa sobre apresentação resultados e discussões acerca dos dados coletados na pesquisa de campo.

Palavras-chave: Programa Bolsa Verde; Segurança alimentar; Meio Ambiente.

1. Introdução

O problema da preservação ambiental num contexto de desenvolvimento⁴ econômico gera debates conflitantes à medida que o crescimento das sociedades e a expansão das práticas agropecuárias se tornam os principais agentes de degradação da natureza. No Brasil, há diversos debates sobre o tema, sendo apontados como principais fatores degradantes o modelo produtivo agroindustrial, o aumento da população, o intenso processo de urbanização, a eminente exploração e supressão dos recursos naturais e a pobreza rural.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2012, ainda viviam em situação de pobreza extrema 9,2% da população rural e outros 23,8% encontravam-se na linha da pobreza, ou seja, viviam com uma renda per capita de R\$ de 140,00.

Conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os biomas brasileiros sofreram a supressão de grande parte de suas áreas de florestas para o avanço da lavoura e da criação agropecuária. A Mata Atlântica, até o ano de 2010, perdeu 88% de sua área total para o desmatamento. Já o bioma Cerrado teve 49% de sua área desmatada até o mesmo ano. A Caatinga, até o ano de 2009, perdeu 54% de sua área. No

¹Advogada, Mestranda em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás/ e-mail: monyelecamargo@gmail.com

²Economista, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás e professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/ e-mail: leandrodelima@ufscar.br

³Agrônomo, Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás e professor adjunto da Universidade Federal de Goiás/ e-mail: agroklaus@gmail.com

⁴ O conceito de desenvolvimento deve ter como pressuposto o crescimento econômico associado a uma melhoria nos indicadores de bem-estar social e econômico (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998).

bioma Amazônia, a área total desmatada se aproxima de 20% da área de floresta original e 15% da área que corresponde à Amazônia Legal⁵ (IBGE, 2012).

Nesse quadro, o principal desafio do Estado brasileiro é a promoção de políticas públicas formuladas sob o paradigma do desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento econômico com justiça social e conservação do meio-ambiente. O debate sobre a conservação ambiental alcançou notoriedade nas últimas décadas. O modelo produtivo exportador brasileiro empregado desde o período colonial não tinha essa preocupação em seus longos anos de apogeu. Hoje, o governo tem usado diversos instrumentos para favorecer métodos produtivos agrícolas que conservem o meio-ambiente.

Uma dessas ações é o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, instituído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2011. O programa tem como principais objetivos o incentivo à conservação dos ecossistemas, a promoção da cidadania, a melhoria nas condições de vida dos beneficiários, o aumento da renda para grupos familiares que estejam vivendo em situação de extrema pobreza no meio rural e, ainda que residam em áreas determinadas como prioritárias para a proteção ambiental, que estejam desenvolvendo atividades sustentáveis em suas propriedades. Além dessas proposições, o Bolsa Verde busca estimular a participação dos beneficiários em oficinas de capacitação ambiental, educacional, técnica, profissional, voltada para a educação ambiental e a inclusão produtiva. (MMA, 2015).

O Programa Bolsa Verde é fruto de integração entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Está inserido no Plano Brasil Sem Miséria (BSM)⁶, que tem como finalidade principal erradicar a pobreza extrema entre os indivíduos vivendo com uma renda familiar per capita de R\$ 77,00 por mês. O programa articula políticas públicas que atendam seus objetivos centrais: a garantia de renda, o acesso a serviços públicos e a inclusão produtiva.

Para a proposição de políticas públicas destinadas ao meio rural, torna-se necessária a compreensão da diversidade funcional do campo, lugar de produção agrícola, preservação e conservação ambiental e de moradia para vários indivíduos. Essa concepção sobre o meio rural se coaduna com o princípio da função social da terra, previsto no artigo 186 da Constituição Federal do Brasil, cujo texto diz que a propriedade rural deve atender de forma simultânea os seguintes critérios: o aproveitamento racional e adequado, a utilização apropriada dos recursos naturais, a obediência à legislação trabalhista e a exploração da mão de obra que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Desse modo, uma política de desenvolvimento rural deve ser concebida a partir da sua natureza multissetorial, o que significa alinhar características econômicas, sociais e ambientais com o intento de promover a criação e/ou a manutenção de uma agricultura competitiva, a proteção e conservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida e renda das populações residentes em áreas rurais (VAN DEPOELE, 2000). O Programa Bolsa Verde pretende atingir todos esses objetivos.

Em Goiás, o programa contempla 954 beneficiários⁷, sendo 947 assentados da reforma agrária e sete inseridos em parceria com o ICMBio. Apesar de haver um considerável número de beneficiários, o Bolsa Verde ainda não conta com estudos ou avaliações de sua efetividade nesse Estado. A proposta deste trabalho foi preencher essa lacuna, pois um processo

⁵ A Amazônia Legal é composta pelos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso e corresponde à junção dos biomas Amazônia e parte do Cerrado (LEMOS; SILVA, 2011).

⁶ Criado em 2011 como sucessor do macroprograma de política de segurança alimentar Fome Zero (PFZ).

⁷ Conforme dados disponibilizados no Ministério do Meio Ambiente em 17/06/2015 (MMA, 2015).

avaliativo se mostra de extrema importância para a correção de eventuais problemas de gestão que podem influenciar na efetividade do programa.

Para esse fim, foi efetuada uma análise da efetividade do programa Bolsa Verde tomando como universo o Projeto de Assentamento Canudos. Criado em 17 de março de 2000, tem 329 famílias assentadas, sendo 74 delas beneficiadas pelo Bolsa Verde. É a maior experiência do programa no estado de Goiás em número de beneficiários. Partimos da seguinte indagação: qual a efetividade do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos entre o ano de sua implementação em 2012 e 2014? A delimitação desse período se justifica na lei nº. 12.512/2011, que determina que o prazo de permanência dos beneficiários no programa seja de dois anos, passíveis de renovação.

O escopo da pesquisa consistiu na avaliação do Programa Bolsa Verde em seus eixos centrais: a conservação ambiental, a promoção da cidadania, a inclusão produtiva, a erradicação da pobreza rural. Para o último foi importante considerar o conceito de segurança alimentar⁸, que, tratado de maneira ampla, vai além da simples garantia de alimento, incorporando também fatores ligados à qualidade de vida dos beneficiários. Para isso os objetivos desta pesquisa foram:

Objetivo Geral: analisar a efetividade do Programa Bolsa Verde no Assentamento de Desenvolvimento Sustentável Canudos, no Estado de Goiás, no período de 2012 a 2014.

Objetivos Específicos:

1. Caracterizar os aspectos institucionais do Programa Bolsa Verde, identificando e discorrendo sobre os procedimentos para a inclusão/exclusão dos beneficiários no assentamento Canudos;
2. Traçar o perfil socioeconômico dos beneficiários contemplados, apresentando seu contexto social, econômico e ambiental;
3. Analisar a efetividade do Programa Bolsa Verde por meio do indicador Ambiental e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar;

O trabalho iniciou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre o Programa Bolsa Verde nos relatórios do Ministério do Meio Ambiente, seguida de uma pesquisa documental no INCRA/SR04, onde se teve acesso ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Posteriormente, foi realizada a pesquisa de campo, que incluiu entrevistas e aplicação de questionários, e por fim realizou-se a tabulação dos dados e a interpretação dos resultados.

O trabalho contemplado por quatro tópicos complementares e independentes entre si. A introdução, diz respeito às informações exordiais sobre a temática, a problemática e os objetivos da pesquisa. O segundo trata do contorno metodológico da pesquisa. O terceiro traz o referencial teórico, embasando os conceitos de política pública, pobreza rural, desenvolvimento rural e sustentável, Programa Bolsa Verde e Segurança Alimentar. O quarto tópico analisa os resultados do Programa Bolsa Verde nos níveis de Segurança Alimentar bem como seus efeitos na preservação ambiental do Assentamento Canudos.

2. Metodologia

A pesquisa, segundo Gil (2007), consiste na sistematização do raciocínio lógico visando produzir soluções para os problemas inerentes ao cotidiano. Todavia, sempre encontrou uma dicotomia entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa, o que de fato não colaborava com o aprofundamento dos resultados obtidos nas pesquisas. Assim, aos poucos vem adotando um modelo alternativo de pesquisa, o chamado qualitativo-quantitativo ou quali-quantitativo (ARAÚJO; GOMES, 2004).

⁸ O conceito amplo de segurança alimentar consiste na interpretação de diversas variáveis de caráter econômico, social, ambiental e cultural (ALMEIDA, 2009) e será abordado em momento oportuno.

O presente estudo possui caráter qualitativo-quantitativo, pois, de acordo com Fonseca (2002), a utilização desse tipo de abordagem permite que o pesquisador perfaça uma análise da dinâmica das relações sociais por meio de observações e de dados não quantificáveis, além de possibilitar mensurar os atributos sociais a partir de coleta e análise dos dados de uma amostra determinada. A aplicação concomitante da pesquisa qualitativa e quantitativa possibilita ao pesquisador coletar mais informações do universo empírico do que se fosse realizada isoladamente.

Para Silveira e Córdova (2009), a pesquisa, em relação aos seus objetivos, pode ser exploratório, descritivo e explicativo, esta pesquisa combina o objetivo exploratório e o descritivo, visto que no exploratório busca-se, conforme Gil (2007), uma familiaridade com o objeto de estudo, bem como o levantamento bibliográfico, do Programa Bolsa Verde e do universo empírico a ser pesquisado. Outro objetivo é o descritivo, aplicado no momento em que será feita a análise dos resultados, posto que se pretende perfazer uma descrição do perfil socioeconômico, do nível de segurança alimentar, da conservação ambiental, da promoção da cidadania e da capacitação dos beneficiados a partir do Bolsa Verde.

Gil (2007) explica que a pesquisa pode ser classificada quanto aos seus procedimentos. Nesta pesquisa, inciou-se pelo levantamento bibliográfico sobre política pública, desenvolvimento rural e sustentável, segurança alimentar e o Programa Bolsa Verde. Posteriormente, foi realizada a pesquisa documental em relatórios fornecidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que possibilitaram a determinação do universo empírico a ser pesquisado, o Assentamento Canudos. Em um próximo momento, será realizada a pesquisa de campo, que, para Fonseca (2002), se dá por investigações que vão além da pesquisa bibliográfica e documental. Nesse momento serão coletados os dados junto aos beneficiários do Bolsa Verde.

A coleta de dados deu-se por meio de entrevista, que, segundo Mattos e Pêsoa (2009), é um instrumento que possibilita a observação e o desvendar do universo investigado por meio da interação do pesquisador com os indivíduos entrevistados. Ao longo da entrevista foram aplicados formulários semiestruturados. Outra técnica utilizada na coleta de dados foi o diário de campo, que, para Whitaker (2002), é um instrumento que aumenta a percepção do pesquisador em relação à realidade estudada, visto que torna necessário tecer um registro sobre as observações percebidas.

Os formulários foram elaborados em conformidade com os objetivos institucionais do programa, que são: incentivar a conservação dos ecossistemas, a promoção da cidadania, o aumento da renda da população, o auxílio de atividades de capacitação ambiental, técnica e profissional e a erradicação da pobreza, alinhada à melhoria nos níveis de segurança alimentar dos beneficiários. Os formulários foram aplicados a 38 beneficiários do Bolsa Verde.

Diante disso, para mensurar a efetividade do Programa Bolsa Verde quanto à conservação ambiental, foi utilizado o Indicador Ambiental (IA), desenvolvido por Barreto, Khan e Lima (2005), na Universidade Federal do Ceará, a partir de pesquisas realizadas em assentamentos rurais. O objetivo do IA é diagnosticar o viés de conservação ambiental junto aos beneficiários da reforma agrária.

Tal índice é auferido a partir da aplicação de um formulário, com dez perguntas, aos beneficiários do programa. Neste formulário serão ponderadas informações que indiquem a presença de práticas sustentáveis nas propriedades rurais, tais como controle de pragas, formas de conservação ambiental, maneiras de utilização do solo e outras.

Quadro 1: Formulário para aferição do Indicador Ambiental (IA).

1	Qual o método de controle de pragas utilizado na unidade produtiva? (0) Agrotóxico (1) Nenhum método ou Biológico
2	Faz utilização de fogo nas atividades agropecuárias? (0) Sim e (1) Não

3	Faz plantio de árvores para fins de conservação de solos? (0) Não e (1) Sim
4	Existe área de reserva de mata nativa na propriedade? (0) Não e (1) Sim
5	Utiliza prática de plantio para evitar a degradação do solo? (0) Não e (1) Sim
6	A casa possui sistema de esgoto ou algum tipo de fossa? (0) Não e (1) Sim
7	Faz rotação de cultura? (0) Não e (1) Sim
8	Se necessário, faz calagem? (0) Não e (1) Sim
9	Usa esterco animal? (0) Não e (1) Sim
10	Utiliza o solo de acordo com a sua vocação? (0) Não e (1) Sim

Fonte: Barreto, Khan e Lima (2005), adaptado pela autora.

Tal instrumental é resultado de uma pesquisa realizada em assentamentos, na qual são contempladas outras categorias de análise para além da questão ambiental. Entretanto, nesta pesquisa será empregada somente a formulação utilizada para a obtenção do índice ambiental. Há de se salientar que, em relação àquela pesquisa, esse índice passou por adaptação para ser aplicado e interpretado a partir de domicílios rurais em vez de comunidades. Nesse caso, as respostas percebem um padrão binário e recebem valores 0 ou 1, sendo somados os resultados para o alcance do Indicador Ambiental (IA).

A seguir, a relação das variáveis utilizadas no modelo, com seus respectivos pesos, para a aferição do Indicador Ambiental (IA).

Quadro 2: Pontuação para classificação do IA por domicílio.

Baixo nível do indicador ambiental	$0 < IA \leq 5$
Médio nível do indicador ambiental	$5 < IA \leq 8$
Alto nível do indicador ambiental	$8 < IA \leq 10$

Fonte: Barreto, Khan e Lima (2005), adaptado pela autora.

Ao obter o Indicador Ambiental (IA) em cada unidade familiar pesquisada, será conduzida uma análise interpretativa sobre os patamares encontrados. Essa etapa da pesquisa confrontará as informações obtidas em campo a partir do questionário e elas poderão servir de parâmetro explicativo aos Índices Ambientais encontrados, tais como a existência de cursos de capacitação aos agricultores, a disseminação cultural de práticas sustentáveis, a assistência técnica, a diversificação produtiva, a pluriatividade, as condições de trabalho, a escolaridade dos agricultores, dentre outros.

Outro objetivo importante no Bolsa Verde é a erradicação da pobreza extrema. Para mensurar a efetividade do programa no tocante a esse objetivo será utilizada uma escala conhecida como Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), que consiste em um formulário de questões semiestruturadas, que possibilita aferir o nível de (In)Segurança Alimentar das famílias beneficiadas. Essa escala é resultado de pesquisas da “Rede Alimenta”, grupo de pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e é resultado de uma adaptação, ao cenário brasileiro, de um índice similar utilizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos,

Atualmente, a utilização da EBIA é um procedimento amplamente difundido ao avaliar políticas públicas de segurança alimentar no Brasil, sendo contemplada pelo governo

em pesquisas sobre situação alimentar em domicílios a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A EBIA é uma metodologia que possibilita a percepção do padrão alimentar dos domicílios e é um instrumento capaz de identificar diversos níveis de Insegurança Alimentar (IA), desde a preocupação com a privação alimentar no futuro, sobrevivendo à restrição na qualidade da dieta, a limitação da qualidade e quantidade de alimentos consumidos, até a fome. O questionário é aplicado diretamente ao chefe do grupo familiar responsável pela alimentação do domicílio (SEGALL-CORRÊA, 2007).

Quadro 3: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA.

1	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve preocupação que a comida acabasse antes que pudesse comprar mais comida?
2	Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a(o) Sra. (Sr.) tivesse dinheiro para comprar mais?
3	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr) não pode oferecer à(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?
6	Nos últimos 3 meses, a(s) criança(s) /adolescente(s), menores de 18 anos, não comeu (comeram) quantidade suficiente porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
7	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra. (Sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
8	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
9	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
10	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra. (Sr.) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
11	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer, ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
12	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua(s) criança(s)/adolescente(s) menores de 18 anos, porque não tinha dinheiro suficiente para comprar a comida?
13	Nos últimos 3 meses, alguma(s) vez a(o) Sra.(Sr.) teve que deixar de fazer uma refeição da(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, teve(tiveram) fome, mas a(o) Sra.(Sr.) simplesmente não podia comprar mais comida?
15	Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, ficou(ficaram) sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar a comida?

Fonte: PNAD, 2010 (IBGE, 2013).

Para a obtenção do índice de (in)segurança alimentar foram atribuídos pesos a cada resposta às questões. Tais pesos perfazem uma ordem binária, na qual uma resposta negativa

terá o peso 0 (zero) e uma resposta afirmativa peso 1 (um) e, ao final, são somados os valores referentes para todas as respostas.

Quadro 4: Níveis de (in)segurança alimentar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – (EBIA)

CATEGORIA	Pontuação*	Dimensão da (IN) Segurança Alimentar
Segurança Alimentar (SA)	0	Acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, não há preocupação em restrição alimentar no futuro.
Insegurança Alimentar Leve (IA-leve)	1 – 5	Preocupação ou incerteza da disponibilidade de alimentos em um futuro próximo, seja em quantidade, seja em qualidade apropriada.
Insegurança Alimentar Moderada (IA-moderada)	6 – 10	Diminuição na qualidade alimentar, visando manter a quantidade de alimentos para adultos e crianças.
Insegurança Alimentar Grave (IA-grave)	11 – 15	Diminuição quantitativa e qualitativa dos alimentos, e/ou restrição nos padrões da alimentação, resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.

Fonte: Sampaio et al. (2006.)

OBS: *A classificação dos domicílios familiares sem menores de 18 anos terá a possibilidade de resposta até no máximo 9 pontos; Portanto, a pontuação poderá assumir os seguintes valores: SA – 0 ; IA-Leve – de 1 a 3; IA moderada de 4 a 6; e IA-Grave – 7 a 9.

A EBIA é a escala que engloba somente a questão de acesso e consumo dos alimentos. Entretanto, o conceito de segurança alimentar tratado nesta pesquisa é de caráter amplo. Desse modo, ao se obter o resultado da EBIA, estes serão relacionados com os IA mensurados e outras categorias de análise que abarcam o conceito de segurança alimentar.

Essas categorias são: Renda, escolaridade, perfil produtivo, trabalho, acesso ao crédito, autoconsumo e assistência social.

Quanto aos objetivos de promoção da cidadania e de capacitação ambiental, técnica e profissional, estes foram verificados a partir de questionamentos, que buscam averiguar as atividades que o governo vem articulando para que estes objetivos sejam alcançados.

Ao finalizar a realização das entrevistas, a confecção do diário de campo e a coleta, realizou-se a tabulação dos dados coletados e o cruzamento de todos os elementos obtidos, no programa Excel 2010, o qual auxiliou na organização e apresentação dos dados em gráficos e quadros, o que facilitará a interpretação e visualização dos resultados auferidos.

3. Referencial Teórico

A constituição das perspectivas sistemáticas de uma política pública deve ser concebida como “um ramo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”, ou ainda, “como sendo a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, influenciando a vida dos cidadãos.” (MEAD. *et al. apud* SOUZA, 2006).

Para Lowi (1972) existem quatro categorias de definição para as políticas públicas: as políticas distributivas que visam ofertar benefícios à população por meio da distribuição de serviços, as políticas redistributivas consiste no direcionamento de recursos financeiros, direitos, deveres e outros valores às diversas classes sociais, há também as políticas regulatórias que consistem no cumprimento das normas condensadas em decretos e portaria. E por fim as políticas constitutivas as quais orientam a estrutura da metodológica e

do processo político que envolve as negociações entre as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política), que segundo o autor, é uma maneira de relacionar o conhecimento científico à empiria das ações governamentais, buscando estabelecer um diálogo entre a academia e a sociedade, por meio da ação estatal. Nesse sentido a análise de política possibilita a compreensão dos processos políticos formadores das políticas públicas (GORDON; LEWIS; YOUNG, 1977).

A avaliação de políticas públicas é um estudo feito após a sua implantação visando detectar a efetividade da ação governamental, por meio da análise dos resultados obtidos (CUNHA, 2006). Os métodos para a avaliação de uma política pública perfaz a noção de eficácia e efetividade de política pública.

As políticas públicas existentes no contexto brasileiro entre as décadas de 1920 a 1980 foram direcionadas para desenvolvimento com bases no crescimento econômico a partir do processo de industrialização. Para Delgado (1985) tal processo de desenvolvimento tornou-se possível diante do alinhamento do capital estrangeiro com os interesses do governo, combinado com o poder de compra dos grandes proprietários de terras no país. Após, a década de 1960 e início dos anos 70, iniciou-se uma nova fase na agricultura brasileira, caracterizada pela implantação do “pacote tecnológico”, o qual consistia na utilização de tecnologias, na mecanização da lavoura, na elevação da produtividade, no avanço das fronteiras agrícolas e também na produção voltada para o mercado exportador.

A partir da década de 1990 os movimentos sociais do campo alcançaram espaço na agenda política do governo, os quais lutavam por melhorias nas áreas rurais, buscando políticas públicas que contemplasse os pequenos produtores, haja vista, que o cenário brasileiro para esses sujeitos não estava favorável. Após anos de conflitos em 1996 cria-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que viabilizou mudanças significativas para os produtores familiares, enquanto sujeitos do desenvolvimento rural do país, esse segmento produtivo alcançou destaque nas ações governamentais para agricultura. A instituição do PRONAF viabilizou a transformação dos trabalhadores rurais sem terra em agricultores familiares produtivos, tal arranjo institucional foi fundamental para a consolidação da atividade familiar e do desenvolvimento rural.

Logo reconhecida à importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico, sustentável, rural e local, tornou-se necessário à diversificação de políticas públicas para tornar viável o desenvolvimento da agricultura e conseqüentemente o desenvolvimento rural (GUANZIROLI; CARDIM, 2000; BERGAMASCO; NORDER, 1996).

O desenvolvimento rural, nesta perspectiva busca além da modernização produtiva, uma estratégia de sobrevivência dos produtores familiares (SCHNEIDER, 2001). Nesse sentido o desenvolvimento rural pode ser entendido como a interação dos fatores econômicos e sociais, de um determinado território, ou região, na qual deve haver a coexistência de diversificados agentes produtivos (KAGEYAMA, 2004).

Deste modo o desenvolvimento rural perfaz uma discussão que envolve diversas questões, para tanto deve haver o alinhamento dos fatores terra, território, produção, comercialização, tecnologia e com as perspectiva de desenvolvimento do Brasil (ABRAMOVAY, 1992). Nesta perspectiva o objetivo de promover o desenvolvimento rural é de provocar o uso mais sustentável dos recursos naturais e, sobretudo, incentivar a preservação e conservação da biodiversidade, diante nessas perspectivas tem-se o desenvolvimento rural sustentável (VEIGA, 2001).

Inicialmente o termo desenvolvimento rural sustentável, originou da noção de desenvolvimento sustentável, que segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) é “aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem

comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1987 p.19). Entretanto tal conceito ao longo das décadas sofreu diversas outras interpretações, que possibilitou a aplicação da noção de sustentabilidade em diversas áreas, principalmente no meio rural. Para Caporal e Costabeber (2003, p. 2) “o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental, tarefa considerada por muitos como inviável ou mesmo impossível” Nesse sentido o desenvolvimento rural sustentável deve buscar:

Nessa perspectiva os elementos determinantes para o desenvolvimento rural sustentável passaram a ser peremptórios para a formulação de políticas públicas voltadas para os aspectos da sustentabilidade, do crescimento econômico e da melhoria na qualidade de vida das famílias em áreas rurais, diante disso as ações governamentais estão pautadas em uma agenda de discussões composta pelos seguintes elementos: “o apoio à reforma agrária, desenvolvimento da agricultura familiar, alimentação e abastecimento, meio ambiente, condições de melhoria da qualidade de vida da população rural e adequação do currículo escolar” (INDJAI, 2014, p. 20).

Toma-se como exemplo destas políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável no Brasil o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde, instituído em 2011, pela Lei nº 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.572/2011, os principais objetivos do programa são de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover da cidadania, melhorar as condições de vida dos beneficiários, aumentar a renda da população em situação de extrema pobreza e fomentar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

Como requisitos do programa tem-se a inscrição do beneficiário no Cadastro Único do Governo Federal, estar contemplado pelo Programa Bolsa Família e ter renda familiar per capita não superior a R\$ 70,00, ou seja, estar em situação de pobreza extrema. Em contrapartida o governo promove o pagamento de R\$ 300,00 que são repassados aos beneficiários trimestralmente, pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogável. Esse valor é uma forma de pagamento por serviços ambientais.

O pagamento por serviços ambientais, no Brasil, ainda se dá de maneira incipiente, o Programa Bolsa Verde foi o pioneiro nas ações do governo federal, em se tratar do pagamento por serviços ambientais. O pagamento por serviços ambientais consiste na contraprestação paga pelo governo aos agentes provedores da proteção ambiental (KIERSCH, 2005) esse benefício além de incentivar a preservação e conservação do meio ambiente do meio ambiente, auxilia no desenvolvimento econômico, por meio da geração de renda (WUNDER, 2005), esses elementos norteadores integram os principais objetivos do Bolsa Verde.

A conservação ambiental, o aumento da renda familiar e a erradicação da pobreza rural, são elementos que determinam a conexão do Bolsa Verde com agenda de políticas de segurança alimentar, haja vista se busca com esse programa, alternativas de produção sustentável, por conseguinte a elevação da renda, e logo, a melhoria nos níveis de segurança alimentar em áreas rurais.

No Brasil a temática da segurança alimentar teve incorporação a políticas públicas, inicialmente no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o qual mostrava-se mais ligado às organizações não governamentais. Porém o conceito de segurança alimentar passou a ter maior aplicabilidade a partir de 1997, com resultado dos debates da Cúpula Mundial da Alimentação (FAO-ONU) essa organização definiu segurança alimentar de maneira ampla para a formulação das políticas públicas. Tal acontecimento foi o catalizador para ações governamentais, nas diversas esferas de poder, na efetivação de políticas de segurança alimentar (PAULLILO; PESSANHA, 2002).

Os anos 2000, foi marco inicial para as ações governamentais de promoção da

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) passou a ser difundido no país diversas políticas que viabilizasse tal premissa, como exemplo a aquisição de produtos oriundos da agricultura para diversas instituições escolas, feiras, cooperativas dentro outros. O objetivo principal dessas ações seria melhorar os níveis de segurança alimentar nos municípios.

Nesse sentido a política pública de segurança alimentar estar orientada para atender desde a produção até o consumo dos alimentos, perfazendo ainda considerações sobre os valores sociais e das necessidades dos beneficiários, tais como saúde, higiene, meio ambiente, cooperação, assistência técnica e outros. Todas essas questões arranjam um conjunto de elementos formadores de redes para políticas públicas direcionada a adaptação de um modelo alimentar com base na equidade e na erradicação dos déficits nutricionais da população (ALMEIDA, 2006).

Neste contexto a segurança alimentar deve ser compreendida para além do acesso e da qualidade alimentos, pois há diversos outros fatores que contribuem para a mensuração de seus elementos, os quais são: os aspectos culturais, sociais e institucionais que refletem nos patamares de segurança alimentar.

Para tanto o conceito de segurança alimentar reduzido apenas à disponibilidade de alimentos é limitado, pois os alimentos podem estar disponíveis, entretanto a populações em situação de pobreza não terão recursos para sua aquisição, desse modo à garantia da segurança alimentar perfaz outras variáveis que influenciam em seu funcionamento (BELIK, 2003). Nesse sentido segurança alimentar deve ser interpretada a partir do seu sentido amplo, o qual consiste na a integração de diversas variáveis como a renda familiar, a pluriatividade, o nível de escolaridade do produtor e do núcleo familiar, a diversificação na produção, o autoconsumo, a organização social, o acesso a créditos e a mercados consumidores dentre outros (ALMEIDA, 2008).

4. Resultado e Discussões

O universo empírico pesquisado neste trabalho foi o Assentamento “Canudos”, inserido na microrregião do Vale do Rio dos Bois, localizado entre três municípios goianos: Campestre, Palmeiras e Guapó. A área total do Assentamento compreende mais de 12.000.000 hectares (ha), conta com 329 famílias que possuem lotes de 18 a 20 ha.

Quadro 5: Percentual da Renda Total em relação aos rendimentos auxiliares recebidos pelas famílias beneficiadas

Percentual da Renda Total	Quantidade de famílias		
	Renda Agrícola	Auxílios Financeiros	Pluriatividade
Não recebe/ Não produz	1	-	28
1% a 25% da Renda Total	4	30	2
26% a 50% da Renda Total	7	2	3
51% a 75% da Renda Total	6	4	5
75% a 100% da Renda Total	20	2	0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Das 38 famílias entrevistadas, uma não estava produzindo. Para quatro delas, a renda agrícola representa de 1% a 25% da renda total do núcleo familiar. Para sete, a renda agrícola equivale de 26% a 50% do rendimento total. Já seis famílias têm de 51% a 75% da sua renda

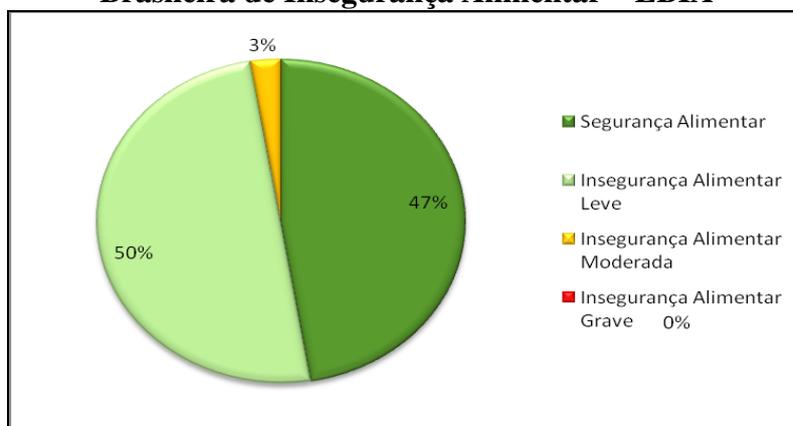
oriundos do lote. Em vinte famílias, a renda agrícola corresponde de 75% a 100% da renda total.

Segundo Junqueira e Lima (2008), o modelo produtivo desenvolvido na agricultura familiar integra a detenção dos meios de produção e a força laboral para as atividades produtivas. Ao se analisar os dados acima, nota-se que mais de 50% das famílias entrevistadas vivem somente das atividades desenvolvidas em seus lotes. Para elas, as políticas públicas destinadas ao acesso a crédito, como o PRONAF, bem como as designadas para a criação de mercados institucionais, como o PAA, representam a viabilidade produtiva e econômica de seus negócios, dada a precariedade dos meios de produção e sua vulnerabilidade no mercado.

Os auxílios financeiros, adquiridos por meio de transferência de renda pelo governo, incorporam-se à renda não-agrícola dos beneficiários. Foi verificado que no Assentamento Canudos existem beneficiários que recebem pensões, aposentadorias e outros auxílios como Bolsa Verde e Bolsa Família. Para vários desses entrevistados, o valor dos auxílios é significativo na renda total familiar, visto que mais de 60% das famílias encontravam-se em patamares de renda agrícola de 0,5 a 1 salário mínimo, sensivelmente modificado quando se observa a renda total e o incremento dos auxílios financeiros.

A pluriatividade no caso dos beneficiários do Assentamento Canudos ainda é incipiente, pois somente 34% a exercem como forma de complementação de renda. Essas pessoas afirmaram que o valor recebido em atividades fora da gleba é em média o de um salário mínimo por mês, o que colabora para a majoração da renda total e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida do grupo familiar, inclusive nos níveis de segurança alimentar, discutidos adiante.

Gráfico 1: Representação do grupo familiar dos beneficiários conforme a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA



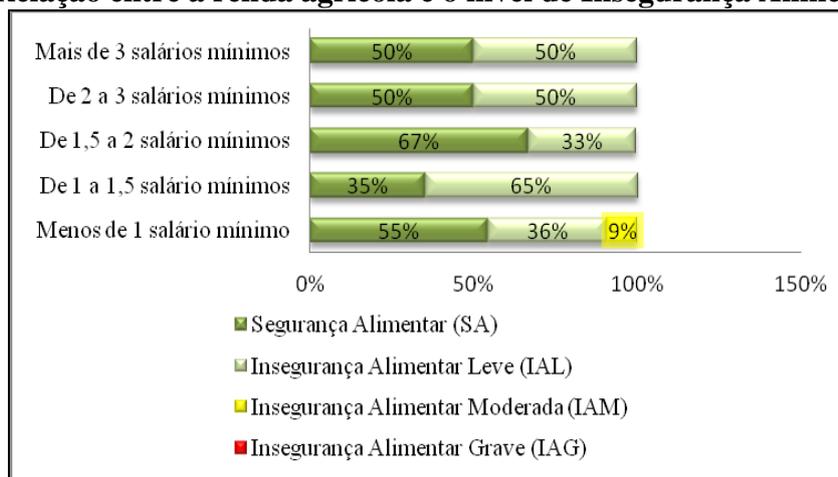
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Ao se analisar o Gráfico 1, nota-se que a maioria (50%) dos beneficiários do Programa Bolsa Verde entrevistados no Assentamento Canudos encontra-se em níveis de Insegurança Alimentar Leve. São famílias que nos últimos três meses tinham se preocupado com a falta de algum alimento específico nas refeições, mas em termos quantitativos não existiu perda, situação reafirmada na fala de uma das beneficiárias, que diz: “Às vezes falta a *mistura*, mas sempre tem arroz, feijão e ovo”. Outra parcela significativa, de 47% dos beneficiários, foi avaliada em situação de Segurança Alimentar, ou seja, não enfrentou nenhuma restrição alimentar, quantitativa ou qualitativa, nos últimos três meses. E ainda foi verificado que um beneficiário (3%) teve diminuição na quantidade de alimentos consumidos nos últimos três meses. Entre os beneficiários do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos não foi diagnosticado nenhum grupo familiar que estivesse em níveis de Insegurança Alimentar Grave.

Para as análises a seguir, buscou-se variáveis que poderiam apresentar relação com o nível de segurança alimentar das famílias, dada a abrangência do próprio conceito de

segurança alimentar ampla, tais como escolaridade, renda agrícola, diversificação produtiva, autoconsumo, renda total e gasto com alimentação e em última instância a representatividade do benefício financeiro do Programa Bolsa Verde em relação aos dois últimos indicadores.

Gráfico 2: Relação entre a renda agrícola e o nível de Insegurança Alimentar – EBIA

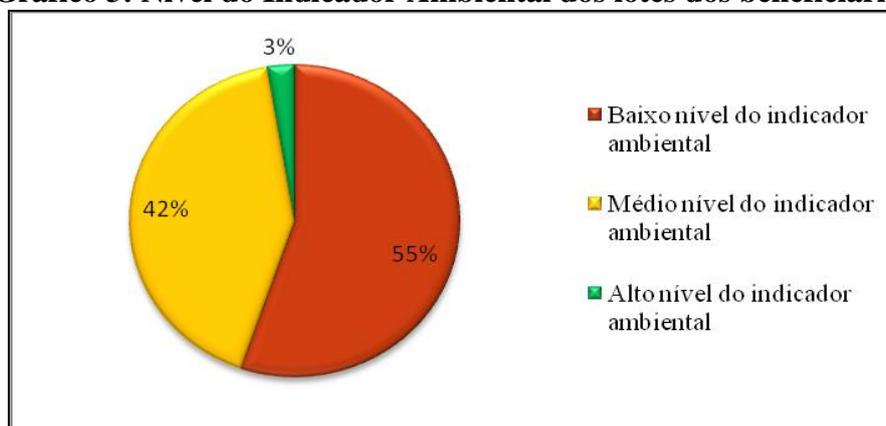


Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O Gráfico 2 permite inferir que quanto maior a renda agrícola, ou seja, a renda extraída do lote, menor o nível de Insegurança Alimentar. Na análise da categoria de beneficiários que possuem renda agrícola inferior a um salário mínimo, que qualitativamente se encontra em patamares mais preocupantes de Insegurança Alimentar por possuir percentuais moderados da EBIA (com exceção da segunda categoria, de 1 a 1,5 salário mínimo), os níveis de Segurança Alimentar tendem a crescer na média quanto maior for a renda agrícola.

Durante as entrevistas, uma das beneficiárias que não estava produzindo no lote justificou dizendo que o chefe de família responsável pelas funções laborais estava com problemas de saúde e que eles ainda enfrentavam dificuldades com os recursos hídricos para a manutenção de uma lavoura, contando apenas com auxílios como o Bolsa Família e o Bolsa Verde para não serem atingidos por situação de Insegurança Alimentar mais severa.

Gráfico 3: Nível do Indicador Ambiental dos lotes dos beneficiários

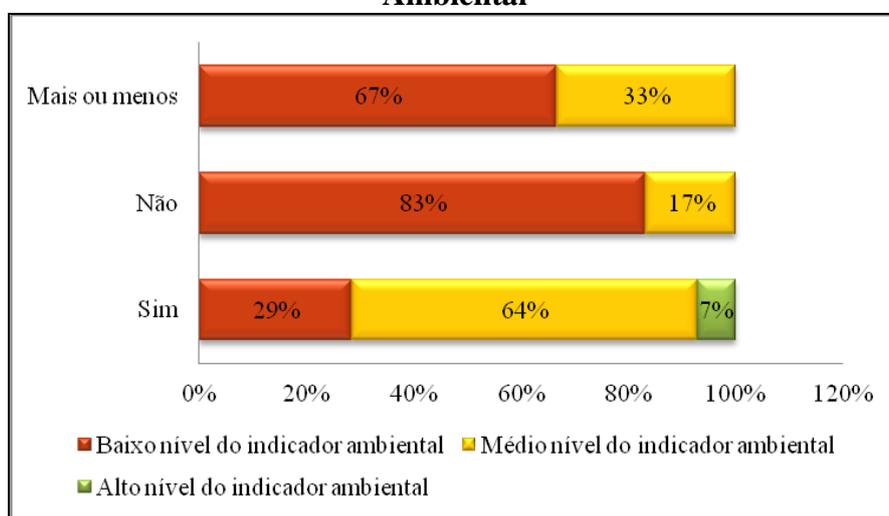


Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Ao analisar o Gráfico 18 percebe-se que na moda (55%) os beneficiários do Assentamento Canudos apresentam um baixo nível do Indicador Ambiental. Em 42% das glebas foram detectados Médio Indicador Ambiental e em somente 3% percebeu-se um Alto Indicador Ambiental. Em outras categorias de análise, detectou-se que, segundo 92% dos beneficiários do Bolsa Verde, não foi promovido no assentamento nenhum curso, oficina ou palestra destinada à educação ambiental desde a contratação do programa. Outro fator relevante para tais níveis de Indicador Ambiental é que, de acordo com 97% dos beneficiários, não houve nenhuma iniciativa governamental no auxílio ao desenvolvimento de práticas sustentáveis voltadas para as finalidades do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos.

Com base nesses indícios, é possível questionar a efetividade do Programa Bolsa Verde quanto ao objetivo institucional de incentivar a conservação dos ecossistemas por meio da manutenção e uso sustentável, pois o Indicador Ambiental é composto por questões em torno de práticas básicas para o desenvolvimento sustentável, que deveriam estar sendo multiplicadas pelos órgãos gestores no universo analisado.

Gráfico 4: Relação entre o nível de compreensão dos beneficiários e o Indicador Ambiental



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

No Gráfico 4 é possível perceber que, entre os beneficiários que não compreendem o programa, 83% estão com Baixo Indicador Ambiental. Dos beneficiários que assimilam o programa relativamente (mais ou menos), 67% mostram Indicador Ambiental baixo e 33%, médio indicador. Entre aqueles que entenderam o programa em sua universalidade, 64% estão em Médio Indicador Ambiental, 7% em Alto Indicador e 29% em Baixo Indicador Ambiental.

Diante desses números, é possível afirmar que os resultados apontam para um entrave institucional no Programa Bolsa Verde em relação à transmissão de informações aos beneficiários, uma vez que a maioria deles não compreende a universalidade do programa e outros genericamente não o compreenderam. As práticas podem se modificar caso os agricultores tenham conhecimento de suas obrigações e direitos no programa. No momento da instituição de uma política pública, sob um dado ambiente, é necessário que haja comunicação entre os gestores e os contemplados pela política, que deve ter seus objetivos, finalidades e possíveis êxitos apresentados com clareza e eficiência aos sujeitos a que se destina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conclusivos, o presente trabalho pretendeu tecer um processo avaliatório do Programa Bolsa Verde, no Assentamento Canudos no Estado de Goiás, a partir de inserção

em 2012, buscou-se verificar o arranjo instrucional do programa, seus possíveis entraves e facilitadores e a efetividade do programa em relação aos seus eixos centrais, que são: a conservação ambiental, a promoção da cidadania, a inclusão produtiva, a erradicação da pobreza rural.

Ao avaliar a efetividade do programa Bolsa Verde em relação ao objetivo institucional de erradicação da pobreza, a partir dos níveis calculados pela EBIA, verificou-se que este objetivo está sendo alcançado, uma vez que, não foi detectado nenhum grupo familiar em situação de Insegurança Alimentar Grave, aqueles em condição de Insegurança Alimentar Moderada são uma pequena parcela da amostra, pois a maioria das famílias beneficiadas encontra-se em níveis de Insegurança Alimentar Leve e Segurança Alimentar.

No tocante à contrapartida, o objetivo do programa de incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável), verificou-se inefetividade. A análise dos dados do Indicador Ambiental detectou que, em sua maioria, as famílias apresentam níveis baixo e médio, diagnóstico corroborado pelas demais categorias de análise, que também mostraram que os beneficiários não detêm conhecimento técnico das finalidades do Programa Bolsa Verde neste quesito.

O entrave institucional surge na inexistência ou insuficiência da promoção e incentivo da participação dos beneficiários em ações destinadas à capacitação ambiental, social, técnica e profissional, pois nenhuma ação governamental foi proposta para os beneficiários envolvendo o ensino de práticas sustentáveis.

Isto posto avaliando a efetividade do Programa Bolsa Verde em sua universalidade a partir dos resultados desta pesquisa, verificou-se que não teve a concretização de todos os seus objetivos institucionais. O programa diante dos índices preocupantes do indicador ambiental aponta que em relação à natureza preservacionista do Programa Bolsa Verde está não foi lhe atribuída em relação à realidade dos beneficiários, em contrapartida o programa referente aos níveis de insegurança alimentar detectados, assumiu meramente o caráter assistencialista de uma política pública de transferência de renda.

O Programa Bolsa Verde ainda é uma política pública relativamente nova e necessita de um processo avaliativo continuado. Esta pesquisa representa para a sociedade, para a administração pública e para a academia um caminho para auxiliar outras pesquisas e monitorar o programa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. B. de. **Efetividade social do programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde/GO**. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

ALMEIDA, L. M. M. C. **Avaliação da eficácia dos Programas de Segurança Alimentar e do nível de coesão social das redes formadas**: análise comparativa entre municípios brasileiros de Araraquara-SP e Goiânia-GO. Goiânia: UFG, 2009.

_____. **Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar**: análise comparativa entre municípios paulistas. Campinas, SP: UNICAMP/Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008.

_____. et al. Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235, 2006.

BRASIL. **Lei 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm. Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. **Lei n. 7.572/2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm Acesso em: 25 jan. 2015.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R.. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: **VELA, H. (org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL**. Santa Maria, UFSM/Pallotti. 2003.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde**. Brasília/DF, 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>. Acesso em: 24 ago. 2015.

PEREIRA, V.S.; BARATA-SILVA, A.W. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: O caso de São Thomé das Letras**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e sociologia Rural, 2009.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. Sustentabilidade dos Assentamentos no Município de Caucaia-CE. **Revista de Economia e Sociologia**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 225-247, abr./jun. 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, R. M.; GOMES, F. P. Pesquisa quanti-qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. **Rumos** (João Pessoa), João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 149-161, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios**. PNAD Segurança Alimentar. Rio de Janeiro, 2013.

LEMONS, A. L.F.; SILVA, J.A. **Desmatamento na Amazônia Legal** : evolução, causas, monitoramento e possibilidades de mitigação através do Fundo Amazônia. *Floresta e Ambiente*, v. 18, n. 1, p. 98-108, 2011.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção de pessoas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, maio/ago. 2007.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1.

VAN DEPOELE, L. The European Model of Agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development. In: **International Conference European Rural Policy at the Crossroads**, 2000, Aberdeen, Scotland. Conference Papers.

WHITAKER, D. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002.